

Desserviço à democracia

Não há o que discrepar. A democracia é o governo do povo e para o povo. O seu fundamento maior, por isso mesmo, são as eleições e o instrumento para viabilizá-la é o voto livre e soberano. Assim sendo, as urnas constituem o caminho obrigatório por cuja tangência a opinião pública identifica aqueles que merecem a confiança popular para o exercício de mandatos eletivos. Para merecê-los e a eles fazerem jus, os políticos e os partidos a que pertencem estão obrigados a imprimir uma transparência inequívoca aos meios e fins para licitá-los junto ao eleitorado. Os créditos perante o povo devem ser firmes e válidos, consolidando um elo de confiança entre quem escolhe e quem é escolhido, ponto de partida para uma representação democrática autêntica, útil e prestante.

Artificializar esse caminho crítico é fazer concessão à demagogia e aos seus prosélitos. É mistificar pela falsidade ideológica a boa-fé do cidadão, convocado civicamente para a escolha democrática de seu representante nas Casas legislativas e nos mandatos executivos.

A partir dessas considerações torna-se constrangedor o juízo maior para medir e avaliar os fatos recentes que culminaram com o desastrado início do recesso parlamentar, revogado por decisão energética do Supremo Tribunal Federal, obrigando o Congresso Nacional a retomar os seus trabalhos para o cumprimento do dever constitucional de votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, obrigação indeclinável sem cuja observância o recesso não poderia ser pro-

clamado.

Reabertos os trabalhos legislativos e postas as suas duas Casas em atividade, uma nova ocorrência, de indiscutível qualificação demagógica, teve lugar ao ser aprovada, por voto de liderança, uma nova *legislação salarial, descabida* em seus fundamentos e conflitante em seus objetivos com as metas programadas pelo Poder Executivo para implementar a política econômica do País que *rejeita a indexação salarial e dentro dessa ótica básica irá vetá-la por inteiro.* Inapelavelmente.

O melancólico desse acontecimento está na falsa euforia das lideranças oposicionistas que *afinal encontraram a bandeira para hastear nas praças públicas, convocando o povo para consagrar nas urnas uma postura que não coincide com as propostas de uma política salarial que deverá ser implantada nos próximos cinco anos pelo atual governo.* E disso tem plena consciência os que exultaram com essa vitória de Pirro, alcançada na última terça-feira, numa manobra regimental.

A partir dessa decisão parlamentar pretendem os seus mentores convocar o povo para ungir nas urnas os prestidigitadores dessa farsa mistificando as razões de crença do eleitor, que seguramente não terá de volta em seus salários as promessas recebidas na sedução das preferências. De tudo isto ficará um resíduo amargo na fé pública da democracia que estamos praticando e do longo caminho a percorrer para alcançar a plenitude democrática.